



1º Simulado Especial

TRT MA

**Analista Judiciário
Área Judiciária**

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TRT MA – Analista Judiciária – Área Judiciária – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT MA;
- 2 – A prova contém **80 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-MA-Analista-Judiciaria-02-10>

- | | | | |
|------------|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE |

PORTUGUÊS

Fabricio Dutra

Patentes de medicamentos geralmente são reconhecidas pelo prazo de dez anos, de acordo com regras internacionais aceitas por muitos países. Esse prazo inclui a fase final de desenvolvimento dos medicamentos, chamada "pipeline" no jargão técnico. Muitas vezes, esse período até o lançamento comercial do produto pode levar até quatro anos, de modo que, em vários casos, o laboratório terá efetivamente cerca de seis anos de proteção exclusiva para obter no mercado o retorno do investimento feito.

01. No primeiro período do texto, há ocorrência de voz passiva. Assinale abaixo a opção em que a frase também se encontre na voz passiva.

- a) Ele está atrasado para o trabalho.
- b) Os idosos têm recebido todo o amparo dos familiares.
- c) A criança é extremamente parecida com os pais.
- d) Não se faz mais jovem como antes.
- e) A vidraça quebrou com a chuva.

02. O trecho 'De acordo com regras internacionais...' apresenta valor semântico de:

- a) Finalidade
- b) Comparação
- c) Conformidade
- d) Proporcionalidade
- e) Causa

03. 'o laboratório terá efetivamente cerca de seis anos de proteção exclusiva para obter no mercado o retorno do investimento feito.'

Do trecho acima, infere-se que

- a) Os laboratórios ficam durante quatro anos tendo prejuízo.
- b) A proteção exclusiva é uma garantia para que o laboratório tenha o retorno do dinheiro investido.
- c) É um negócio imediatamente lucrativo.
- d) O laboratório sempre tem o retorno financeiro pretendido.
- e) Seis anos são suficientes para que o laboratório recupere o investimento.

A partir da perda de validade da patente, o medicamento estará sujeito à concorrência de produtos similares e genéricos que contenham princípios ativos encontrados no original. Por não embutirem os custos da pesquisa e de desenvolvimento do produto original, os genéricos e similares podem ser lançados a preços mais baixos daqueles dos medicamentos de marca, que, no período de proteção exclusiva, tiveram a oportunidade de conquistar a confiança do consumidor e dos médicos que os prescrevem para seus pacientes.

04. O trecho 'Por não embutirem os custos...' tem valor de:

- a) Tempo
- b) Causa
- c) Consequência
- d) Finalidade
- e) Comparação

05. Os medicamentos genéricos são mais baratos pelo fato de...

- a) haver preocupação com o giro da economia do mercado farmacêutico.
- b) terem sido criadas políticas públicas de modo a reduzir o preço dos remédios.
- c) não haver os mesmos custos de pesquisas e investimentos que o dos produtos originais.
- d) os medicamentos originais apresentarem preços exorbitantes.
- e) haver a necessidade de acordo com a procura ser enorme.

A partir da perda de validade da patente, o medicamento estará sujeito à concorrência de produtos similares e genéricos que contenham princípios ativos encontrados no original. Por não embutirem os custos da pesquisa e de desenvolvimento do produto original, os genéricos e similares podem ser lançados a preços mais baixos daqueles dos medicamentos de marca, que, no período de proteção exclusiva, tiveram a oportunidade de conquistar a confiança do consumidor e dos médicos que os prescrevem para seus pacientes.

06. No fragmento acima, o termo ‘do consumidor e dos médicos’ exerce a mesma função que o destacado abaixo:

- a) A partir da perda de validade da patente...
- b) os custos da pesquisa...
- c) de desenvolvimento do produto original...
- d) distribuição de medicamentos nas redes públicas.
- e) médicos que os prescrevem para seus pacientes.

07. Sobre o trecho acima, assinale a alternativa correta:

- a) as vírgulas isolam um termo explicativo no primeiro período.
- b) o termo ‘de nota’ funciona como objeto indireto.
- c) se o termo ‘se’ fosse deslocado para antes do verbo auxiliar ‘pode’, seria provocada uma incorreção gramatical.
- d) o termo ‘se’ - antes do pronome ‘ela’ – é uma conjunção com valor condicional.
- e) A expressão ‘mais tarde’ faz referência temporal ao momento exato de fala do autor.

08. Na expressão destacada ‘Você pode desfazer-se’, tem-se:

- a) parte integrante do verbo
- b) pronome reflexivo
- c) pronome passivador
- d) partícula de realce
- e) pronome recíproco

Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.

09. Sobre o trecho acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) Todos entendem a liberdade, embora ninguém consiga explicar.
- b) Ninguém consegue explicar em palavras o que é a liberdade.
- c) O sonho humano cria a liberdade.
- d) O termo ‘que’ faz referência a elemento citado anteriormente em todas as ocorrências.
- e) o verbo ‘haver’ não apresenta sujeito.

O mesmo fato colhido em suas testemunhas nunca é o mesmo na variedade de suas versões. A verdade, no caso, em vez de ser uma, é múltipla.

10. Sobre o trecho acima, assinale a alternativa correta:

- a) a expressão ‘em vez de’ poderia ser substituída por ‘ao invés de’.
- b) Cada testemunha inventa sua versão dos fatos.
- c) Toda versão apresenta elementos que não correspondem com a verdade.
- d) A verdade é única, mas as testemunhas a deturpam.
- e) Nunca há um fato que seja contado da mesma forma por várias testemunhas.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICA

Eduardo Mocelin

11. Uma pessoa é 10 cm mais alta do que outra. As alturas das duas pessoas estão na razão $\frac{17}{18}$.

A pessoa mais alta mede

- a) 160cm
- b) 165cm
- c) 170cm
- d) 175cm
- e) 180cm

12. Joaquim dividiu certa quantia entre seus três netos, um de 8 anos, um de 10 anos e outro de 12 anos, de maneira que cada neto recebeu um valor diretamente proporcional à própria idade. Se o neto mais novo recebeu R\$ 1.000, então os dois netos mais velhos receberam um total de

- a) 1.500
- b) 2.500
- c) 2.750
- d) 3.000
- e) 3.250

13. Uma vara do TRT-MA possui 10 analistas que trabalham com a mesma produtividade. Esses analistas levam 5 dias para analisar 40 processos. Em um determinado mês, 4 analistas foram removidos da localidade. No mês seguinte, de forma inesperada, o número de processos aumentou em 50%. Com base nisso, obtenha o número de dias que serão necessários para análise desses processos.

- a) 12,25 dias.
- b) 12,50 dias.
- c) 12,75 dias.
- d) 13,00 dias.
- e) 13,25 dias.

14. João vendeu suas criptomoedas. Do valor recebido, utilizou 20% para pagar dívidas e, do que sobrou, utilizou 70% para comprar um apartamento. Depois dessas operações, João ficou ainda com R\$480.000,00, valor este depositado em um investimento de baixo risco.

João vendeu suas criptomoedas por:

- a) R\$ 1.000.000,00
- b) R\$ 1.250.000,00
- c) R\$ 1.500.000,00
- d) R\$ 1.750.000,00
- e) R\$ 2.000.000,00

15. A negação lógica da sentença “Se Marcos é marceneiro e Ricardo não é radialista, então Eduardo é eletricitista” é:

- a) Se Marcos é marceneiro e Ricardo não é radialista, então Eduardo não é eletricitista.
- b) Marcos é marceneiro e Ricardo não é radialista e Eduardo não é eletricitista.
- c) Se Eduardo não é eletricitista, então Marcos não é marceneiro ou Ricardo é radialista.
- d) Marcos não é marceneiro e Ricardo é radialista e Eduardo não é eletricitista.
- e) Se Marcos não é marceneiro ou Ricardo é radialista, então Eduardo não é eletricitista.

16. Considere as afirmações sobre Armando, Beatriz, Cássio e Diego.

I. Armando é artista ou Beatriz é barista.

II. Beatriz é barista ou Cássio é carteiro.

III. Se Cássio é carteiro, então Diego é dançarino.

Dentre essas afirmações, sabe-se que são verdadeiras I e III e que a II é falsa.

Deste modo,

- a) Beatriz não é barista e Diego não é dançarino.
- b) Se Cássio não é carteiro, então Beatriz é barista.
- c) Diego é dançarino e Beatriz é barista.
- d) Se Diego é dançarino, então Armando não é artista.
- e) Cássio é carteiro ou Armando é artista.

17. Considere como verdadeiras as sentenças a seguir.

Se Paulo é pedreiro, então Jair é jardineiro.

Se Geraldo não é ginasta, então Jair não é jardineiro.

Se Geraldo é ginasta, então Paulo não é pedreiro.

É correto deduzir que:

- a) Geraldo é ginasta;
- b) Geraldo não é ginasta;
- c) Paulo não é pedreiro;
- d) Paulo é pedreiro;
- e) Jair não é jardineiro.

18. Uma gaveta X tem dez meias pretas e uma gaveta Y tem dez meias amarelas. Essas são as únicas meias contidas nas duas gavetas. Retiram-se quatro meias da gaveta X, que são então colocadas na gaveta Y. Agora, retiram-se, aleatoriamente, cinco meias da gaveta Y, que são então colocadas na gaveta X.

Após essas transferências, é correto afirmar que:

- a) só ficaram meias amarelas na gaveta Y;
- b) só ficaram meias pretas na gaveta X;
- c) há pelo menos uma meia preta na gaveta Y;
- d) há pelo menos uma meia amarela na gaveta X;
- e) há mais meias amarelas na gaveta Y do que meias pretas na gaveta X.

19. Um professor de Raciocínio Lógico, querendo criar uma questão de raciocínio sequencial, escreveu continuamente a palavra PARALELEPIPEDO:

PARALELEPIPEDOPARALELEPIPEDOPARALELE...

A letra de posição 999 foi:

- a) L
- b) P
- c) A
- d) E
- e) O

20. Estava olhando para o Sul. Girei 45° para o sentido anti-horário. Na sequência, girei 180° e depois girei 45° no sentido horário. Depois, girei 90° no sentido anti-horário e, depois, 135° no sentido horário. Passei, nesse momento, a olhar para o:

- a) Norte
- b) Nordeste
- c) Noroeste
- d) Sudeste
- e) Sudoeste

ATUALIDADES

Rodolfo Gracioli

21. “Durante sua única visita ao Brasil, em 1968, a rainha Elizabeth II passou por Brasília. Ela foi recebida no Palácio da Alvorada pelo então presidente, participou de uma sessão solene no Supremo Tribunal Federal (STF), fez um pronunciamento no Congresso Nacional e foi convidada de honra em um banquete no Palácio Itamaraty”. (Fonte: CNN, setembro de 2022).

O presidente do Brasil na época era:

- a) Arthur da Costa e Silva
- b) Emílio Garrastazu Médici
- c) Ernesto Geisel
- d) João Figueiredo
- e) Castelo Branco

22. Muita gente não sabe, mas o primeiro livro de temática abolicionista brasileiro veio pelas mãos e genialidade de uma mulher: _____ . Considerada a primeira mulher romancista do nosso país, ela também inaugurou uma linha da nossa literatura conhecida como afrobrasileira — escrita por autores afrodescendentes que falam de uma perspectiva interna de questões de raça, sempre questionando as estruturas racistas vigentes. A autora foi a escolhida para ser homenageada na 20ª edição da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty)”. Adaptado. (Fonte: Guia do Estudante, setembro de 2022).

A autora em questão é:

- a) Conceição Evaristo
- b) Carolina de Jesus
- c) Noêmia de Sousa
- d) Maria Beatriz Nascimento
- e) Maria Firmina dos Reis

23. “O homem acusado de assassinar o ex-primeiro-ministro japonês Shinzo Abe com uma arma de fogo em 8 de julho será submetido a um exame psiquiátrico para determinar sua responsabilidade criminal, informou a imprensa japonesa neste sábado (23). O suspeito, Tetsuya Yamagami, de 41 anos, foi preso logo após atirar em Shinzo Abe duas vezes com uma arma que fabricou, em um comício eleitoral pré-Senado em Nara, oeste do Japão”.

Segundo as investigações iniciais, a motivação do crime seria:

- a) A divergência política já que o agressor era filiado ao partido da oposição do ex-primeiro-ministro
- b) Suposto relacionamento extra conjugal entre a mãe do agressor e o ex-primeiro-ministro
- c) Suposta ligação do ex-primeiro-ministro com a Igreja da Unificação, que recebeu doações da mãe do agressor
- d) Fim do relacionamento amoroso da filha do ex-primeiro-ministro com o agressor.
- e) Envolvimento do ex-primeiro-ministro na morte de familiares próximos do agressor

24. Sobre o Conselho de Segurança da ONU, julgue os respectivos itens:

A respeito do pacote proposto, analise as afirmativas a seguir:

I - Em janeiro de 2022, o Brasil assumiu um assento rotativo, com mandato para o biênio 2022/2023, sendo a 11ª passagem pelo Conselho. Outros países que também ingressaram no início de 2022 foram Albânia, Gabão, Gana e Emirados Árabes Unidos.

II - O Conselho de Segurança é formado por cinco membros permanentes. São eles: Estados Unidos, Federação Russa, França, Reino Unido e República Popular da China.

III - Além dos membros permanentes, o Conselho de Segurança da ONU conta com os membros rotativos (que são 10). Qualquer país tem a possibilidade de vetar resoluções, mas a decisão da maioria tem caráter vinculativo.

IV – Uma das críticas que o Conselho de Segurança da ONU recebe é a ausência de mulheres em missões de paz. Uma resolução veta a participação feminina, tendo aval da delegação russa.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) II e III
- d) III e IV
- e) I, II, III e I

25. “A _____ concordou em apoiar as candidaturas da Finlândia e da Suécia à adesão à _____, disse o secretário-geral, Jens Stoltenberg, nesta terça-feira (28). “Tenho o prazer de anunciar que agora temos um acordo que abre caminho para a Finlândia e a Suécia se juntarem ao órgão”, disse ele a repórteres durante uma cúpula da entidade em Madri”. Adaptado. (Fonte: G1, junho de 2022).

Preenche corretamente as lacunas:

- a) Espanha; OCDE
- b) França; OMS
- c) Turquia; OTAN
- d) Lituânia; FMI
- e) Alemanha; União Europeia

26. “Em julho de 2022, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma importante resolução. A nova resolução não é juridicamente vinculativa, mas os defensores estão esperançosos de que ela levará os países a consolidação de esforços para tal. Na ocasião, a ONU declarou:

- a) Que a assistência médica infantil é um direito humano
- b) Que o meio ambiente saudável é um direito humano
- c) Que a possibilidade do lazer é um direito humano
- d) Que o acesso à internet é um direito humano
- e) Que o saneamento básico é um direito humano

27. “Lançado no dia primeiro de agosto, o Censo Demográfico 2022 do IBGE apresenta uma série de novidades, exceto:

- a) Maior identificação de pessoas que vivem em comunidades quilombolas e em comunidades indígenas, que terão questionários específicos.
- b) Perguntas específicas para pessoas com deficiência e para pessoas diagnosticadas por profissional de saúde com transtorno de espectro autista (TEA).
- c) Serão dois questionários: um menor, que demora cinco minutos para ser preenchido; e outro maior, que demora em torno de 16 minutos (10% da população vai precisar responder ao questionário mais completo.)
- d) Os imigrantes estarão dentro da população estimada de 215 milhões de pessoas no Censo 2022. Em Roraima, por conta da entrada de venezuelanos, será realizado um trabalho especial.
- e) O Censo Demográfico contará com perguntas específicas sobre orientação sexual e identidade de gênero, fato inédito para esse tipo de levantamento. Tais questões foram acrescentadas após decisão judicial.

28. Um tribunal russo condenou a estrela de basquete norte-americana Brittney Griner a nove anos de prisão. Griner, duas vezes medalhista de ouro olímpica e estrela da WNBA, com voz trêmula, pediu ao juiz russo que não acabasse com sua vida com uma sentença de prisão severa. Sua sentença poderá abrir caminho para uma troca de prisioneiros entre EUA e Rússia.” Adaptado (Fonte: Agência Brasil, agosto de 2022).

Brittney foi condenada por:

- a) Fazer protesto nas redes sociais contra a ação da Rússia na Ucrânia
- b) Levar cartuchos de vaporizadores com óleo de haxixe à Rússia
- c) Adotar uma criança russa, ação proibida por lei promulgada em 2012
- d) Utilizar meme em sua rede social ironizando o presidente Vladimir Putin
- e) Ser flagrada fazendo o uso de cocaína em viagem a Moscou

29. “A quinta geração de internet móvel — o 5G — será ativada nesta quarta-feira (6) no Brasil. Segundo a Anatel, o serviço estará disponível em 80% da capital. A tecnologia vai funcionar apenas em celulares mais recentes, de empresas como Apple, Samsung, Xiaomi, Motorola, entre outras. Ao todo, 67 celulares que suportam o 5G foram homologados pela agência. Adaptado. (Fonte: G1, julho de 2022).

Qual é a primeira capital do país a contar com a tecnologia 5G?

- a) Belo Horizonte
- b) São Paulo
- c) Brasília
- d) Porto Alegre
- e) João Pessoa

30. “O Barcelona FC e a agência da ONU iniciaram nesta terça-feira (14) uma parceria para o lançamento de uma nova camisa de futebol, com o compromisso de apoiar iniciativas para crianças refugiadas em quatro continentes. Ela traz pela primeira vez a logo da agência e faz parte do novo conjunto do Barcelona FC para a temporada deste ano e do seguinte, além de servir como uma mensagem de solidariedade com as mais de 100 milhões de pessoas que foram forçadas a se deslocarem de suas casas”. Adaptado. (Fonte: TV Cultura, junho de 2022).

A agência da ONU especializada na questão dos refugiados é:

- a) Unesco
- b) Fao
- c) Unicef
- d) Acnur
- e) OMS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

31. Realizada por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, A reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. De acordo com o texto constitucional:

- a) um Ministro do Supremo Tribunal Federal que integre o Conselho exercerá obrigatoriamente a função de Ministro- Corregedor.
- b) O ministro corregedor do CNJ deve ser, necessariamente, um ministro do STJ.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;
- e) Nenhuma das alternativas.

- 32.** O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a competência para
- a) a celebração de tratados internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
 - b) a concessão de indulto e para a comutação de penas.
 - c) nomear e exonerar os Ministros de Estado;
 - d) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
 - e) Nenhuma das alternativas.

33. Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.
- e) Nenhuma das alternativas.

34. Tibruço, cidadão holandês que, após atingir a maioria, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder um processo de extradição iniciado pelo Governo holandês. Tal situação ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território holandês. Pode-se afirmar que a extradição

- a) do brasileiro naturalizado somente é concedida no caso de crime político ou de opinião;
- b) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro nato ou naturalizado pode ser extraditado;
- c) é possível independentemente do crime e da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e holandês;
- d) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;
- e) Nenhuma das alternativas.

35. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, um importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

36. Com base no Regimento Interno, indique a alternativa que não contempla órgão integrante do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região:

- a) Tribunal Pleno;
- b) Juntas de Conciliação e Julgamento;
- c) Turmas;
- d) Presidência;
- e) Corregedoria Regional.

37. O Presidente do TRT da 16ª Região pretende ampliar, temporariamente, as instalações da respectiva sede para aumentar também a capacidade de prestação jurisdicional. Após breve pesquisa, constatou-se que ao lado do prédio do Fórum Trabalhista há vários imóveis desocupados e que estão disponíveis para locação, sendo que qualquer deles é capaz de atender às necessidades administrativas atuais. Diante disso, é instaurado procedimento administrativo a fim de que seja realizada a locação de imóvel para a ampliação das atividades do tribunal, observando-se a Lei 14.133/21. Sobre a necessidade de locação do imóvel em referência, pode-se afirmar corretamente que:

- a) o imóvel poderá ser locado diretamente, sem prévia licitação, bastando avaliação do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização dos investimentos necessários;
- b) a locação do imóvel deverá ser precedida de licitação e avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização dos investimentos necessários;
- c) o imóvel poderá ser locado, mediante dispensa de licitação, haja vista que destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- c) o imóvel poderá ser locado, mediante inexigibilidade de licitação, haja vista que destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- e) a locação do imóvel deverá ser precedida exclusivamente de concorrência, avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização dos investimentos necessários.

38. Doquinha, servidor do TRT da 16ª Região, frequentemente utiliza o carro oficial que lhe fora cedido para visitar os seus familiares no Município de Belém, Estado do Pará. No caso em tela, pode-se concluir que Doquinha ofende diretamente o princípio administrativo da:

- a) legalidade;
- b) razoabilidade;
- c) eficiência
- d) moralidade;
- e) proporcionalidade.

39. Doquinha, Técnico Judiciário no TRT da 16ª Região, recebeu, dolosamente, vantagem econômica, consistente em parcelas mensais no valor de dez mil reais, para facilitar a aquisição de bem móvel pela administração do tribunal por preço superior ao valor de mercado.

Assim agindo, de acordo com a Lei nº 8.429/92, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, Doquinha:

- a) praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos;
- b) praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente;
- c) não praticou ato de improbidade administrativa, pois a conduta não está tipificada na legislação;
- d) praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 8 (oito) anos;
- e) não praticou ato de improbidade administrativa, haja vista não ter havido danos ao erário.

40. De acordo com a Lei Federal n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, consiste em dever do administrado, exceto:

- a) não agir de modo temerário;
- b) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;
- c) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos;
- d) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;
- e) expor os fatos conforme a verdade.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. Analise as assertivas abaixo expostas no que diz respeito à remuneração dos empregados regidos pela CLT:

- I. As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
- II. A reforma trabalhista, notadamente, buscou reduzir a aptidão de o salário repercutir sobre outras parcelas de cunho trabalhista, em confronto ao chamado efeito expansionista circular.
- III. Tem prevalecido o entendimento jurisprudencial pela possibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, quando decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos.
- IV. A despeito de a reforma trabalhista ter dificultado a pretensão salarial equiparatória, havendo comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, será devida multa, em favor do empregado discriminado, tomando por base uma parcela de sua remuneração.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

42. Analise as afirmativas abaixo no tocante à extinção do vínculo contratual trabalhista:

- I. Tratando-se de adesão de empregado a Plano de Demissão Voluntária, é válida a quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, desde que o Plano tenha sido aprovado por negociação coletiva trabalhista, pressupondo-se, ainda, a existência de vantagens reais em benefício do trabalhador aderente.
- II. Sendo analfabeto o empregado, o pagamento rescisório a que fizer jus será efetuado apenas em dinheiro.
- III. A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, é suficiente para excluir o direito do empregado ao aviso prévio.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

43. Analise as assertivas abaixo expostas:

- I. A estabilidade do dirigente sindical somente subsiste se as atribuições do contrato de trabalho do empregado eleito têm relação com a categoria do sindicato para o qual foi eleito dirigente, de sorte que o empregado de categoria diferenciada só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
- II. Os empregados de empresas que tenham sido eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas são destinatários da estabilidade provisória no emprego, com exatamente a mesma proteção assegurada aos dirigentes sindicais.
- III. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa de empregado que ocupa a presidência das comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- IV. A jurisprudência tem estendido às empregadas contratadas sob regime temporário (Lei 6.019/1974) a estabilidade prevista no artigo 10, inciso II, alínea 'b', do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva I está correta.
- e) Não respondida.

44. Analise as afirmativas a seguir no que se refere ao direito de greve:

- I. Apesar de a legislação não inviabilizar a greve em atividades essenciais, são estabelecidas restrições adicionais, a exemplo do pré-aviso do movimento paretista com antecedência mínima de 72 horas.
- II. A realização da greve, enquanto paralisação coletiva da prestação dos serviços, depende de decisão da diretoria-geral do sindicato.
- III. Em regra, é vedada a contratação de trabalhadores substitutos, exceto quando não forem assegurados os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, hipótese em que é autorizada a contratação de trabalhadores temporários.
- IV. É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, ainda que indiretamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

45. Julgue os itens abaixo em relação à concessão de férias:

I. Um empregado da empresa que possua apenas 6 meses de serviço no momento da concessão das férias coletivas gozará 15 dias de férias.

II. Antes de conceder férias coletivas, todas as empresas deverão comunicar ao Ministério do Trabalho (MTb), precisando quais os estabelecimentos ou setores abrangidos pela medida.

III. Sobre a concessão de férias coletivas, assim como devem comunicar ao MTb com antecedência mínima de 15 dias, as empresas deverão comunicar também os sindicatos representativos da respectiva categoria profissional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

46. Suponha que Marina sofreu grave acidente doméstico e, embora tenha recebido adequado tratamento médico prestado por força do plano de saúde oferecido pela empresa, acabou sendo aposentada por invalidez (incapacidade permanente). Nesta situação, de acordo com o regramento celetista e os entendimentos sumulados do TST, é correto afirmar que:

- a) seu contrato de trabalho deverá ser extinto na exata data anterior à concessão da aposentadoria por invalidez.
- b) caso a aposentadoria Marina seja cancelada após cinco anos desde sua concessão, o TST entende que o trabalhador não terá direito de retornar ao emprego.
- c) Marina não terá direito à manutenção do seu plano de saúde.
- d) o empregador deverá manter o plano de saúde de Marina, a despeito de sua aposentadoria por invalidez.
- e) Marina terá seu contrato de trabalho suspenso durante os primeiros seis meses do benefício, sendo automaticamente extinto após tal período.

47. O Acordo Coletivo de Trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- b) valor dos depósitos do FGTS.
- c) regulamento empresarial.
- d) seguro-desemprego.
- e) limites de idade para o trabalho do menor.

48. No que se refere à extinção contratual mediante acordo, julgue os itens que se seguem:

- a) será devida pela metade a indenização relativa às férias proporcionais.
- b) o empregado estará autorizado a sacar integralmente seu saldo junto ao FGTS.
- c) o aviso prévio indenizado será devido pela metade.
- d) o empregado estará autorizado a ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.
- e) o décimo terceiro salário será devido pela metade.

49. Julgue os itens abaixo:

I. O abandono de emprego caracteriza a falta grave ensejadora da justa causa, restando presumido se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de trinta dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer.

II. Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a insubordinação e a indisciplina, as quais caracterizam-se pelo desrespeito a preceitos gerais, aplicáveis a todos os funcionários, e pelo descumprimento de ordens específicas, respectivamente.

III. Ato de improbidade constitui justa causa para rescisão do contrato pelo empregador.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II.
- e) nenhum dos itens.

50. Analise as assertivas abaixo expostas:

- I. A ultratividade da norma coletiva de trabalho, apesar de relativizada nos últimos anos, continua sendo amplamente aceita nos campos jurisprudencial e legislativo.
- II. Em exceção ao princípio da norma mais favorável, o direito positivo acolheu o critério da especialidade diante de antinomia entre acordo e convenção coletiva de trabalho.
- III. A partir do estudo do direito positivo é possível identificar mitigações ao princípio da proteção em relação a empregados que percebem salário igual ou superior a duas vezes o teto dos benefícios do regime geral de previdência social e possuem nível superior, para os quais presume-se não se encontrarem em situação de hipossuficiência.
- IV. São restritos os efeitos de decisão judicial que anular cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, razão pela qual eventual cláusula compensatória existente deverá ser preservada.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a assertiva III está correta.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

51. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 45 de 2004, considere:

- I. Compete-lhe a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho, pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.
- II. Não lhe compete apreciar pedido de complementação de pensão postulada por viúva de ex-empregado, ainda que se trate de pedido que deriva do contrato de trabalho.
- III. Compete-lhe processar e julgar ação de interdito proibitório proposta por instituição financeira privada contra o Sindicato dos Trabalhadores da respectiva categoria, por meio da qual se busca garantir o livre acesso de empregados e de clientes à sua agência bancária em decorrência de movimento grevista.
- IV. Não lhe compete processar e julgar ação ajuizada contra o ex-empregador, pela esposa de empregado que faleceu em decorrência de acidente do trabalho, postulando dano moral ocasionado pela morte do trabalhador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I e III.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III.

52. No tocante aos prazos processuais, é correto afirmar:

- a) Os prazos processuais serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- b) Os prazos para razões finais são de 20 minutos para cada parte ou 48 horas, dependendo do juiz.
- c) Os prazos para a Administração pública são contados em dobro apenas para a apresentação da defesa, quando esta for reclamada na ação.
- d) O prazo para apresentação da contestação é de 15 dias da data da juntada do aviso de recebimento dos Correios nos autos trabalhistas.
- e) O prazo dos embargos de declaração no processo do trabalho é de 8 dias, contados da publicação da sentença.

53. Numa reclamação trabalhista, o crédito do reclamado é superior ao do reclamante. Nesse caso,

- a) o reclamado só poderá apresentar reconvenção se a diferença for superior a um mês de salário do empregado e se tiver ocorrido rescisão do contrato de trabalho.
- b) o juiz pode determinar ao reclamante que devolva a diferença ao reclamado, independentemente de reconvenção.
- c) o reclamado só poderá pleitear seu crédito em ação própria, pois, no processo trabalhista, não há reconvenção.
- d) o reclamado pode apresentar reconvenção, se o crédito for oriundo da relação de emprego e houver conexão.
- e) o reclamado pode, em contestação, pedir a compensação dos créditos e a devolução do que entende devido, sendo que o reclamante pode apresentar reconvenção.

54. Quanto à prova testemunhal,

- a) a testemunha que for parente até o quarto grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- b) o depoimento das testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente, sendo que tais despesas correrão por conta da parte sucumbente, salvo se beneficiária da justiça gratuita.
- c) as testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas, salvo se a prova testemunhal disser respeito a contrato de trabalho já extinto.
- d) se a testemunha for funcionário civil ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será ouvida perante o chefe da repartição competente, no local da prestação de serviços.
- e) toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às sanções administrativas.

55. Em relação à matéria recursal no processo do trabalho,

- a) cabe recurso ordinário para a instância superior apenas das decisões definitivas dos tribunais regionais, em processo de sua competência originária, somente nos casos dos dissídios coletivos, no prazo de quinze dias.
- b) cabe agravo de petição das decisões judiciais nas execuções, que só será recebido se o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.
- c) cabem embargos de declaração da sentença ou do acórdão no prazo de oito dias úteis, admitido efeito modificativo da decisão em caso de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
- d) cabe agravo de instrumento, inclusive retido nos autos, das decisões incidentais e interlocutórias, no prazo de oito dias contados da data em que a parte teve ciência da decisão.
- e) cabe recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, com efeitos suspensivo e devolutivo como regra, das decisões proferidas pelos tribunais regionais em grau de recurso ordinário nos dissídios individuais, quando haja violação literal de dispositivo de lei municipal, estadual ou federal.

56. No tocante à liquidação de sentença, em regra, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é certo que

- a) a liquidação não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, que deverá ser executada de forma independente em razão da natureza do crédito.
- b) elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz deverá abrir às partes prazo comum de 10 dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- c) na liquidação, pode-se modificar a sentença liquidanda bem como discutir matéria pertinente à causa principal.
- d) tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz deverá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, do teto de três salários mínimos regionais.
- e) elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de dez dias, sob pena de preclusão.

57. No tocante aos Embargos à Execução, considere:

- I. Em regra, garantia do juízo por meio de depósito ou nomeação de bens à penhora ou após a penhora coativa, representa requisito indispensável ao regular exercício do direito do devedor de oferecer embargos à execução.
- II. Os Embargos à execução no processo do trabalho, em regra, são processados nos mesmos autos da execução, sendo recebidos sem efeito suspensivo automático.
- III. A compensação, em regra, deve ser arguida quando opostos embargos à execução.
- IV. Em sede de Embargos à Execução é impossível arrolar testemunhas, havendo expressa vedação legal na Consolidação das Leis do Trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) I, II e IV.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

58. A respeito do inquérito para apuração de falta grave de empregado estável, considere:

- I. O prazo para o empregador propor o inquérito judicial para apuração de falta grave é de 30 dias contados da suspensão do empregado, tratando-se de prazo decadencial.
- II. Para o ajuizamento do inquérito para apuração de falta grave é obrigatória a suspensão de empregado estável.
- III. Se no inquérito judicial para apuração de falta grave ficar comprovada a referida falta, a sentença terá caráter constitutivo negativo, permitindo a resolução contratual.
- IV. Se houver prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito pela Vara ou Juízo não prejudicará a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado, até a data da instauração do mesmo inquérito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) I e II.
- e) III e IV.

59. Em sede de Ação Rescisória,

- a) é obrigatório o depósito prévio de 35% do valor da causa para o seu ajuizamento.
- b) procede pedido formulado por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal infraconstitucional de interpretação controvertida nos Tribunais.
- c) a comprovação do trânsito em julgado da decisão rescindenda é pressuposto dispensável ao tempo do seu ajuizamento.
- d) não é possível a discussão a respeito de homologação de acordo na Justiça do Trabalho.
- e) havendo recurso ordinário, o depósito recursal só é exigível quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia, devendo este ser efetuado no prazo recursal, no limite e nos termos da legislação vigente, sob pena de deserção.

60. De acordo com entendimento sumulado pelo TST sobre o cabimento do mandado de segurança e de recurso ordinário diante da concessão ou indeferimento de tutela provisória no processo do trabalho, é correto afirmar que a impetração de mandado de segurança

- a) é cabível se o juiz conceder tutela provisória na sentença. Não cabe requerimento de efeito suspensivo ao recurso ordinário.
- b) é cabível se o juiz conceder tutela provisória na sentença. Não cabe recurso ordinário dessa decisão.
- c) não é cabível se o juiz conceder tutela provisória antes da sentença. Cabe recurso ordinário dessa decisão.
- d) é cabível se o juiz conceder tutela provisória antes da sentença. Não cabe recurso ordinário dessa decisão.
- e) não é cabível se o juiz conceder tutela provisória na sentença. Não cabe recurso ordinário dessa decisão.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Lei Federal dispendo sobre a greve dos servidores públicos foi editada e publicada, prevendo o prazo de três meses para sua entrada em vigor. Contudo, antes da entrada em vigor, a lei teve nova publicação de seu texto, destinada à correção. Com base no caso, é correto afirmar que

- a) A lei deve ser declarada inconstitucional, dado que a LINDB prevê que a lei deve entrar em vigor quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, não podendo prever outro prazo.
- b) Caso a lei não tivesse assinalado prazo para a entrada em vigor, o prazo seria de quarenta e cinco dias para a vigência no país e três meses para a vigência no exterior, depois de oficialmente publicada.
- c) O prazo para a entrada em vigor desta lei começará a correr da nova publicação, sendo que as correções a texto de lei já publicada consideram-se lei nova.
- d) A lei terá vigor até que outra a modifique ou a revogue, pois no ordenamento jurídico pátrio é vedada a edição de leis com vigência temporária.
- e) A lei posterior revogará esta lei somente se expressamente declarar sua revogação.

62. Assinale a alternativa correta.

- a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- b) O art. 1º do CC/02 diz que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Essa capacidade é uma capacidade de fato. Toda pessoa tem essa capacidade.
- c) Segundo a maioria da doutrina e a jurisprudência do STJ, o ordenamento jurídico brasileiro adotou a teoria conceptionista para o início da personalidade jurídica da pessoa humana.
- d) Com a emancipação, o menor deixa de ser incapaz, passando a ser capaz, e deixando de ser considerado menor.
- e) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

63. Acerca das fundações, assinale a alternativa correta:

- a) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão sempre incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- b) Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em noventa dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.
- c) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação.
- d) Quando a alteração não houver sido aprovada pela maioria absoluta, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.
- e) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

64. A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade. Quanto a isso, é correto afirmar que:

- a) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- b) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- c) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- d) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- e) no caso de coação, é de dois anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar.

65. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

- a) por despacho do juiz, desde que incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário, exclusivamente.
- c) por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- d) por qualquer ato extrajudicial, desde que constitua em mora o devedor.
- e) pendendo condição suspensiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thállius Moraes

66. O processo é iniciado mediante o ajuizamento da petição inicial, tendo seu curso suspenso, dentre outras, na seguinte hipótese

- a) pela enfermidade grave de qualquer das partes ou de seus advogados.
- b) pelo deferimento de intervenção de terceiros.
- c) em caso de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa
- d) quando for arguido vício de incompetência relativa.
- e) por falecimento do procurador da parte, devendo a parte, mediante determinação judicial, constituir novo mandatário no prazo máximo de 30 dias.

67. Antônio estava dirigindo seu veículo quando foi abalroado pelos veículos de Edmar e Renato, que estavam apostando corrida na via pública. Diante disso, Antônio ajuizou ação de reparação em face dos dois motoristas. Nessa demanda apenas um Renato ofereceu contestação Edmar, embora revel, constituiu procurador distinto e de outro escritório de advocacia nos autos.

Tratando-se de autos eletrônicos, e sabendo-se que o juízo julgou procedente o pedido, é correto afirmar que:

- a) será contado em dobro o prazo para que qualquer um dos litisconsortes ofereça o recurso de apelação.
- b) os fatos narrados por Antônio foram presumidamente tidos por verdadeiros, ante a inércia de Edmar em contestar a ação.
- c) o prazo para o réu contestante oferecer o recurso de apelação será de quinze dias.
- d) o prazo para o réu contestante recorrer será contado em dobro, e para o réu revel será contado de forma simples;
- e) em face da revelia, os prazos para Edmar fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

68. Sobre as tutelas provisórias descritas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o prévio pagamento de custas.
- c) a tutela provisória de evidência pode ser concedida de forma antecedente ou incidental.
- d) Quando cessar a eficácia da tutela cautelar, a parte poderá renovar o pedido.
- e) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.

69. Considerando as regras pertinentes aos atos meramente ordinatórios, assinale a alternativa em consonância com as regras do Código de Processo Civil

- a) serão praticados mediante despacho.
- b) serão revistos pelo servidor, quando necessário.
- c) serão praticados pelo juiz, de ofício.
- d) serão praticados pelo servidor, de ofício.
- e) não abrangem a juntada e a vista obrigatória.

70. Considerando as disposições do CPC acerca dos recursos, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- b) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 15 dias.
- c) É obrigatório o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
- d) O recurso cabível contra os despachos é o agravo de instrumento.
- e) A desistência do recurso pode ser feita a qualquer momento, independentemente da anuência da parte contrária.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

71. Ariel, Oficial de Justiça, dirigiu-se à residência de Zebedeu para fins de cumprir mandado de citação em determinado processo trabalhista, movido por Calígula em razão do não pagamento de verbas rescisórias. Ao chegar no local, Ariel informou ao morador o motivo da diligência, oportunidade na qual foi agredido com socos e pontapés por Zebedeu, que afirmava que “não iria ser citado pois nada devia”. O oficial de Justiça, ainda assim, conseguiu finalizar o ato citatório, embora Zebedeu tenha se recusado a assinar o recebimento. Após finalizar o ato, Ariel se dirigiu a um hospital onde restou configurada a existência de lesão corporal grave.

Nesse caso, é correto afirmar que o morador deverá responder por:

- a) Coação no curso do processo
- b) Resistência tentada, apenas
- c) Resistência consumada e desacato
- d) Resistência consumada e lesão corporal grave
- e) Resistência consumada e lesão corporal culposa

72. Mauro, Oficial de Justiça do TRT-MA, apropriou-se de valores dos quais tinha a posse em razão de seu cargo público. Os valores apropriados somam R\$ 945,00. Uma semana depois, convencido por sua mãe, Mauro devolve voluntariamente a quantia apropriada. Porém, a chefia imediata de Mauro noticia o fato à polícia e à corregedoria do TRT.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) em razão do arrependimento posterior, Mauro fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços.
- b) houve a extinção da punibilidade em favor de Mauro, por se tratar de peculato culposos.
- c) não houve crime, ante a aplicação do princípio da insignificância.
- d) em razão do arrependimento eficaz, Mauro fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços.
- e) houve crime de peculato-apropriação consumado, sem redução de pena, dada a ausência de voluntariedade na restituição.

73. Nicole ingressou em um supermercado e subtraiu dois pacotes de biscoito, avaliados em R\$ 6,00 cada. Seguranças do estabelecimento perceberam a ação e acionaram a polícia, mas Nicole já havia se evadido, tendo sido capturada, porém, cerca de 1h depois do fato, oportunidade na qual foi recuperada a *res furtiva*. Ouvida em sede policial, Nicole informou que apenas subtraiu os pacotes de biscoito pois não tinha nada para dar de comer aos dois filhos, de 04 e 06 anos, fato este que foi posteriormente confirmado.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) ficará afastada a tipicidade da conduta, ante o estado de necessidade.
- b) não haverá crime, dada a inexigibilidade de conduta diversa.
- c) ficará afastada a ilicitude da conduta, ante o estado de necessidade.
- d) não haverá crime, pela ausência de tipicidade formal.
- e) não haverá crime, pela atipicidade material do fato.

74. Desejando matar Luciana, César desferiu três tiros contra a vítima. Acreditando que Luciana já estaria morta, César tenta esconder o corpo. Para tanto, dirige-se a uma ponte da cidade e joga o que acredita ser o corpo morto de Luciana no rio. Quatro dias depois o corpo de Luciana é encontrado e a perícia aponta que Luciana morreu em razão de traumatismo craniano, decorrente do impacto da cabeça da vítima na pilastra da ponte, pois ainda estava viva quando foi jogada da ponte por César.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo César responder por homicídio tentado e homicídio culposos
- b) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo César responder por homicídio doloso consumado
- c) dolo eventual, devendo César responder por homicídio consumado.
- d) dolo direto de segundo grau, devendo César responder por homicídio tentado e homicídio culposos.
- e) dolo de consequências necessárias, devendo César responder por homicídio doloso consumado

75. Ítalo, sócio-administrador da empresa “Papel Pintado LTDA”, pagou os salários de seus empregados no mês de agosto de 2021 realizando o devido desconto relativo à cota previdenciária devida pelos empregados. Todavia, apesar de descontar os valores devidos pelos empregados ao INSS, Ítalo, dolosamente, deixou de repassar os valores à previdência social.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Ítalo configura:

- a) Sonegação de contribuição previdenciária
- b) Estelionato previdenciário
- c) Apropriação indébita previdenciária
- d) Mera infração tributária, mas não configura crime
- e) Descaminho

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

76. Joana e Lúcio contrataram sociedade em conta de participação, sendo o comércio de louças a atividade constitutiva do objeto social. Considerando que Lúcio ostenta a qualidade de sócio participante e Joana a de sócia ostensiva, é correto afirmar que:

- a) Apenas Lúcio exerce a atividade constitutiva do objeto social, obrigando-se perante terceiros.
- b) A contribuição de ambos constitui patrimônio especial, objeto da conta de participação relativa aos negócios sociais.
- c) O contrato social vincula todos que contratarem com a sociedade.
- d) A falência de Lúcio acarreta a dissolução da sociedade.
- e) Aplica-se à referida sociedade, subsidiariamente e no que com ela for compatível, o disposto para a sociedade anônima.

77. André e Camila são empresários que atuam no ramo de energia fotovoltaica. Ambos se conheceram em 2019 durante congresso voltado para profissionais e empresários interessados no assunto. No ano de 2021 oficializaram a união por meio do casamento civil. Observando o texto acima, assinale a alternativa que vai ao encontro do regramento dado pelo Código Civil:

- a) André e Camila não podem contratar sociedade entre si, independente do regime de bens.
- b) André e Camila só podem contratar sociedade com terceiros.
- c) André e Camila podem contratar sociedade entre si, desde que casados sob o regime da comunhão universal de bens.
- d) André e Camila podem contratar sociedade entre si, desde que casados sob o regime da separação obrigatória.
- e) André e Camila podem contratar sociedade entre si, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.

78. Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa que dispõe corretamente acerca das sociedades limitadas:

- a) A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- b) A renúncia de administrador torna-se eficaz, em relação à sociedade, somente após averbada e publicada.
- c) Tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, vedada disposição contratual diversa.
- d) O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes.
- e) A designação de administradores não sócios dependerá, em todo caso, de aprovação da unanimidade dos sócios.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

79. Acerca dos benefícios do RGPS, assinale a alternativa correta:

- a) Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio culposo, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.
- b) Perde o direito à pensão por morte o cônjuge ou o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apurada em processo administrativo, assegurados os direitos ao contraditório e à ampla defesa.
- c) A pensão por morte consiste em renda mensal equivalente a uma cota familiar de 60% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10% por dependente, até o máximo de 100%.
- d) Na hipótese de haver dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte será equivalente a 100% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito.
- e) As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% da pensão por morte quando o número de dependentes remanescentes for igual ou superior a cinco.

80. Acerca do período de carência para a concessão dos benefícios do RGPS, assinale a alternativa correta:

- a) Período de carência é o tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas as competências cujo salário de contribuição seja igual ou inferior ao seu limite mínimo mensal.
- b) Para o segurado especial, considera-se período de carência o tempo mínimo de efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, igual à quantidade de meses necessária à concessão do benefício requerido.
- c) A carência será de dez contribuições mensais, no caso de salário-maternidade, para as seguradas contribuinte individual, especial e trabalhadora avulsa.
- d) No caso do auxílio-reclusão, a carência será de 36 contribuições mensais.
- e) Independe de carência, dentre outros, a concessão pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente, bem como salário-maternidade para as seguradas empregada, empregada doméstica e segurada facultativa.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-MA-Analista-Judiciaria-02-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>